

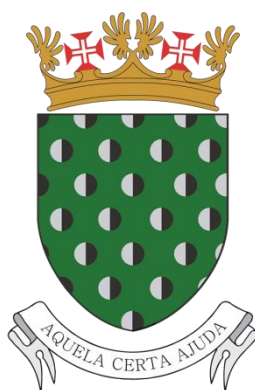


**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

**FORÇA AÉREA**

***COMANDO DA LOGÍSTICA***

**DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO E TRANSPORTES**



**FAP DAT/RMI 5024019122**

**Convite à apresentação de proposta, sem negociação, para a aquisição de combustíveis operacionais de aviação e AVTUR JET A-1 ao abrigo do Acordo Quadro celebrado com o Ministério da Defesa Nacional. (Procedimento n.º 01/AQ-UMC/2020)**

1. O presente Convite, com a referência **FAP DAT/RMI 5024019122**, é efetuado ao abrigo do Acordo Quadro relativo ao **fornecimento de combustíveis operacionais do Ministério da Defesa Nacional, Lote 7, Sublotes 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8 e 7.9 (AVTUR JET A1)** nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do Caderno de Encargos do Acordo Quadro referido.
2. O montante máximo estimado para a aquisição de Combustível Operacional de Aviação AVTUR JET A1, durante janeiro e fevereiro de 2025 o respetivo local de entrega é o constante no quadro abaixo:

Lote	Sublote	Locais de Fornecimento	Montante Máximo para 2025 (JAN/FEV) (€) (S/IVA Incluído)	Montante Máximo para 2025 (JAN/FEV) (€) (C/IVA Incluído)
7	7.1	Aeroporto do Porto	22.764,23	28.000,00
	7.2	Aeroporto de Lisboa	98.130,08	120.700,00
	7.3	Aeroporto de Faro	17.073,17	21.000,00
	7.4	Aeroporto de Ponta Delgada	30.172,41	35.000,00
	7.5	Aeroporto da Horta	30.172,41	35.000,00
	7.6	Aeroporto de Santa Maria	72.413,79	84.000,00
	7.7	Aeroporto do Funchal/Santa Catarina	28.688,52	34.999,99
	7.8	Aeroporto de Porto Santo	28.688,52	34.999,99
	7.9	Aeroporto das Lajes	5.431,05	6.300,02
		<b>Total</b>	<b>333.534,18</b>	<b>400.000,00</b>

2.1. Os contratos a celebrar na sequência do presente procedimento pré-contratual terão por objeto, para o ano de 2025, o valor definido pela Entidade Adjudicante aquando da adjudicação, até ao valor máximo do quadro anterior.

3. A Entidade Adjudicante é a **Força Aérea Portuguesa – Comando da Logística da Força Aérea – Direção de Abastecimento e Transportes – Edifício A, 4.º Piso, sita na Avenida da Força Aérea Portuguesa, N.º 1, Alfragide, 2614-506 AMADORA, PORTUGAL**, Telefone +351-214723653; Fax +351-214723775; e-mail: [CLAF A AQUISICOES@EMFA.PT](mailto:CLAF A AQUISICOES@EMFA.PT).
4. A competência para autorização do procedimento é do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, no exercício das competências que lhe estão delegadas pelo Ministro da Defesa Nacional.
5. Podem apresentar proposta as entidades convidadas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e tenham sido selecionadas para o respetivo Sublote no Acordo Quadro aplicável.

6. A proposta a apresentar pelos concorrentes deve ser constituída pelos seguintes documentos:
- a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Convite;
  - b. Documento com a indicação dos preços de referência do fornecimento e “**Add-On’s**”, sob a forma indicada no **Anexo III** deste Convite, apresentados nos termos da sigla DDP (Incoterms 2020) para o caso de produto importado;
  - c. O prazo de entrega após formalização da encomenda, expresso em horas.
- 6.1. O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.
- 6.2. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 6.3. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 120 (cento e vinte dias) dias contados da data limite para a sua entrega.
- 6.4. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de assinaturas eletrónicas qualificadas.
7. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
8. A proposta deve ser apresentada até às **23h00m00 (vinte e três horas) do 6.º (sexto) dia** a contar da data de envio do presente Convite, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, disponível em **<https://www.acingov.pt>**, e assinados eletronicamente, mediante utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
9. O Adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** a este Convite;
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c. Certidão permanente de registos.

9.1. Sempre que se verifique um facto que possa determinar a caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado desse facto, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos apresentados.

10. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite e Caderno de Encargos, incluindo os seus Anexos, aplica-se os termos e condições do Acordo Quadro relativo ao fornecimento de combustíveis operacionais do Ministério da Defesa Nacional e, subsidiariamente, o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

**(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável)**

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>3</sup>:

a. ...

b. ...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57º.

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura<sup>4</sup>].

---

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário (a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>3</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>4</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura<sup>5</sup>].

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

<sup>3</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>4</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

<sup>5</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57º.

**ANEXO III****MINUTA DA PROPOSTA**

1. F..... (indicar nome, estado, profissão, número fiscal de contribuinte, número de cartão de empresário em nome individual e morada, ou firma, sede, capital social, número de matrícula e Conservatória do Registo Comercial em que está matriculada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do fornecimento de ..... (indicar o nome do concurso) ....., propõe-se fornecer .... (indicar o(s) produto(s) que se propõe fornecer) a que se refere o anúncio datado de .. / ... / ....., obrigando-se a fornecer todo o indicado produto pelos preços em Euros abaixo discriminados, que não incluem o Imposto Sobre o Valor Acrescentado e que são os seguintes:

Lote	Sub-lote	Locais	Add-on (Euros/KiloLitro) com aproximação às milésimas de Euro		Preço do AVTUR JET A1 (Euros/Litro) referido ao 1.º dia do mês da proposta, com aproximação às milésimas de Euro
			Valor numérico	Por extenso	Valor numérico
7	7.1	Aeroporto do Porto			
	7.2	Aeroporto de Lisboa			
	7.3	Aeroporto de Faro			
	7.4	Aeroporto de Ponta Delgada			
	7.5	Aeroporto da Horta			
	7.6	Aeroporto de Santa Maria			
	7.7	Aeroporto do Funchal/Santa Catarina			
	7.8	Aeroporto de Porto Santo			
	7.9	Aeroporto das Lajes			